



NOVIDADES LEGISLATIVAS



CNI participa de audiências públicas para debater o acesso ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado.

As Comissões de Meio Ambiente - CMA, Agricultura e Reforma Agrária - CRA e Ciência e Tecnologia – CCT, do Senado Federal promoveram, (17 e 18) audiências públicas conjuntas para debater o PLC 02/2015.

Devido ao grande número de expositores, as audiências foram realizadas em três blocos, conforme a representatividade dos palestrantes, assim divididos: representantes de ministérios, da iniciativa privada, de institutos de pesquisa e de movimentos sociais.

Na ocasião, a representante da CNI, Elisa Romano, demonstrou que a proposição atende aos quatro principais pontos defendidos pela indústria: a desburocratização do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado para pesquisa e desenvolvimento, estabelecimento de um regime claro e equilibrado de repartição de benefícios que confira segurança jurídica aos seus operadores e mecanismos simplificados que permitam a regularização e adequação das atividades de pesquisa e comerciais em andamento. O projeto integra a Pauta Mínima da Agenda Legislativa da Indústria 2015.

Dentre os representantes ministeriais houve consenso de que a atual legislação representa uma barreira para o desenvolvimento de pesquisas e inovação com base em ativos da biodiversidade.

O representante do Ministério da Indústria e do Comércio enfatizou que a proposta muda o enfoque da atual legislação da restrição e criminalização do uso da biodiversidade para o incentivo ao seu uso sustentável.

Os representantes de movimentos sociais se manifestaram contrários, pois alegam que não foram suficientemente consultados no processo e encaminharam aos relatores das três comissões um conjunto de propostas de alterações ao texto, com ênfase na repartição de benefícios.



Ao final o relator na CMA, Senador Jorge Viana (PT/AC) suspendeu a audiência pública que iria ocorrer na terça feira da semana que vem, dia 24/03, para permitir que as comissões possam debater o projeto, que tramita de forma simultânea em 5 comissões, com as seguintes relatorias: CRA – Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), CMA – Senador Jorge Viana (PT/AC); CCT - Senador Telmário Mota (PDT/RR); Comissão de Assuntos Econômicos – Senador Douglas Cintra (PTB/PE); e Comissão de Constituição e Justiça (relator a ser designado).

O projeto, que tramita em regime de urgência, começa a trancar a pauta do Plenário a partir do dia 10/04.

Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados discute alterações na desoneração da folha de pagamento do setor produtivo

Na manhã dessa quarta-feira, estiveram reunidos na Câmara dos Deputados especialistas para debater as inovações apresentadas pelo governo relacionadas à desoneração da folha de pagamento de setores produtivos.

Entre os convidados, estavam: Kiyoshi Harada, Advogado Especialista em legislação tributária; Nelson Leitão Paes, Assessor da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Manoel Antonio dos Santos, Diretor Jurídico da Associação Brasileira das Empresas de Software - ABES; e Cláudio Hamilton Matos, Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do IPEA.

Inicialmente, as alterações sobre a desoneração da folha de pagamentos haviam sido introduzidas por meio da Medida Provisória 669/2015, a qual foi devolvida pelo presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros. A perspectiva, após o ocorrido, é que a presidente Dilma Rousseff encaminhe à Câmara Projeto de Lei com o mesmo teor, a fim de contornar a iniciativa de Calheiros – o que não aconteceu até o momento.

Os parlamentares presentes questionaram, principalmente: os critérios utilizados para a elevação dos percentuais da contribuição sobre faturamento; a discricionariedade em relação aos setores contemplados; a possibilidade de essa ser uma medida do governo para forçar o retorno do recolhimento sobre a folha; ausência de política de Estado; e insegurança jurídica e ausência de previsibilidade e de visão estratégica por parte do governo.

Manoel Antonio dos Santos, da ABES, lembrou que as empresas fizeram investimentos com base nas medidas provisórias de anos anteriores para recuperar e modernizar o setor de tecnologia da informação. Em sua opinião, a medida aumenta a informalidade e o desemprego, já que muitas empresas não vão conseguir manter essa folha de pagamento.

Nelson Leitão Paes, do Ministério da Fazenda, assinalou que o Ministério não vislumbra um impacto grande para as empresas. Afirmou que as desonerações não causaram desajuste e foram feitas para conter problemas maiores na economia. De acordo com ele, se as medidas não tivessem sido tomadas, a situação econômica do País seria pior. Frisou que com relação à desoneração da folha, a Fazenda se deteve a “questões de tributação”.



Kiyoshi Harada pontuou que a legislação está cada vez mais engessada e personalista, afastando-se do seu objetivo fundamental (tem sido construída para empresas específicas e, portanto, perdendo seu foco e sua legalidade). Há uma ausência de respeito generalizada à hierarquia das normas.

Para Cláudio Hamilton Matos, do IPEA, a desoneração tributária realizada pelo primeiro governo Dilma Rousseff não foi suficiente para atenuar o desaquecimento da economia. Ressaltou, ainda, que o Instituto não fez estudo sobre as desonerações específicas, mas que os setores beneficiados pela desoneração foram os que enfrentaram maiores dificuldades com a crise.